



**O COMPÊNDIO DE HISTÓRIA DA AMÉRICA
DE ROCHA POMBO: O ESPÍRITO AMERICANO, AS MARCAS DO PROCESSO
CIVILIZADOR E O PAN-AMERICANISMO**

**THE COMPÊNDIO DE HISTÓRIA DA AMÉRICA
BY ROCHA POMBO: THE AMERICAN SPIRIT, THE BRANDS OF THE
CIVILIZING PROCESS AND THE PAN AMERICANISM**

Resumo: Este artigo ambiciona rastrear as principais linhas de força que subsidiaram a escrita do primeiro *Compêndio de História da América* (1900) publicado no Brasil, de autoria do polígrafo paranaense Rocha Pombo. Acreditamos que a obra do autor esteja imersa em uma espécie de “americanização” da República brasileira. Pretende-se discutir estes temas: o embate na duração entre o “espírito americano” e as “forças autoritárias” movimentadas desde a colonização; as marcas do processo civilizador e o silenciamento das culturas não-ocidentais; por fim, a sua proposta de união pan-americana. A principal tese deste trabalho é que a *História* de Rocha Pombo suprime a diferença através de uma proposta de conciliação entre passado e presente, não havendo reparação ante os males da conquista/colonização em prol de um pan-americanismo capitaneado pelos EUA.

Piero Detoni

Mestre em História pela
Universidade Federal de Ouro
Preto (UFOP)
pierodetoni@gmail.com

Palavras-chave: Espírito americano. Conciliação. Pan-americanismo.

Abstract: This article aims to trace the main arguments that supported the writing of the first *Compêndio de História da América* (1900) published in Brazil by Rocha Pombo. We believe that this work defends an idea of a “Americanization” of the Brazilian Republic. The article deals with themes such as: the clash in the duration between the “American spirit” and the “authoritarian forces” that have been active since colonization; the marks of the civilizing process and the silencing of non-Western cultures; finally, his proposal for a Pan American union. The main thesis of this work is that the *History* of Rocha Pombo suppresses the difference by proposing a conciliation between past and present, with no reparation before the evils of the conquest / colonization in favor of a pan-Americanism led by the USA.

Keywords: American spirit. Conciliation. Pan Americanism.



<https://doi.org/10.4013/rlah.2022.1127.09>

1 Pressupostos para a escrita da primeira *História da América*

Rocha Pombo¹ iniciou-se na escrita de livros didáticos com o seu *Compêndio de História da América*. Foi a primeira obra com esse tema produzida por um brasileiro, vinda a lume após um concurso, ocorrido 1897, promovido pelo *Conselho Superior da Instrução Pública*. A primeira edição do *Compêndio* é de 1900 (Leopoldino, 2019). Pode-se “imaginar que Rocha Pombo, recém-chegado à capital, viu no concurso uma forma de entrar no mercado editorial do Rio de Janeiro, por meio de uma obra que seria editada e distribuída sem custos e pela qual ainda poderia receber um prêmio” (Pedro, 2016, p. 79). Em um universo letrado marcado pela poligrafia os manuais didáticos, mesmo que pouco atraentes financeiramente, mostravam-se vitais para a visibilidade e para a consagração de autores e de autoras (Pedro, 2016). Falamos, nesse caso, em “prestígio” como capital social.

Circe Bittencourt chegou a acusar que Rocha Pombo relativizou e amenizou os horizontes de dominação ideológica circulantes ao questionar a primazia de determinadas culturas, sobretudo, ante os povos originários da América. Ademais, o escritor teria combatido a justificação da escravidão pelo critério raciológico (Bittencourt, 2007, p. 33-52). Acreditamos que essas considerações devam ser aplainadas. Vemos, sim, que a estrutura do livro se orientou pela apresentação de grandes períodos da história da América perpassados pelo processo de miscigenação entre indígenas, negros e brancos. Mas mesmo que sustentemos um certo tom de denúncia quanto à(s) violência(s) perpetrada(s) pelos Estados ibéricos, discussão que de fato encontra-se presente na obra, atravessado por um inegável sentimento de ganância pública, o *processo civilizador*² (Elias, 2011) não deixou de se movimentar e agir ao supostamente garantir o progresso às diversas regiões e aos diversos povos americanos.

Manoel Bomfim foi o responsável pelo parecer favorável ao livro no concurso no qual Rocha Pombo inscreveu a sua *História da América*. O educador sergipano era professor de Moral e Cívica na *Escola Normal do Rio de Janeiro*, além de ter se tornando, em seguida, diretor da *Instrução Pública* e autor de livros de leitura, espécie de material paradidático. O autor de *A América Latina: males de origem* (1905) ressaltou uma das dimensões próprias do

¹ Para um conhecimento mais abrangente da biografia de Rocha Pombo, em que se pode anotar as suas demais obras, além dos seus desafetos e afiliações políticas, sociais e estéticas, ver os trabalhos de PEDRO (2016) e SILVA (2021).

² Processo civilizador, categoria criada por Norbert Elias (2011), pode ser entendido como um movimento em que se busca subjugar e sujeitar, a partir das mais variadas perspectivas, simbólicas ou não, uma cultura.

contexto epistêmico-historiográfico republicano presente no livro de Rocha Pombo, isto é, a dita imparcialidade empregada na constituição da obra em paralelo com a sua escrita apaixonada, configuração historiográfica defendida pelo próprio Bomfim ao longo da sua carreira como autor de história (Gontijo, 2003). Acompanhem as palavras do parecerista:

Não quero dizer com isto, que prefira o historiador revestido dessa imparcialidade fria que mais parece indiferença. Mas, para que ele acentue o seu parecer e os seus sentimentos, os fatos só lhe bastam. Apresentando-os, comentando-os, criticando-os, já terá feito muito. Apreciando as ações, o leitor terá os elementos para julgar os homens, independentemente dos qualificativos duros e veementes (...). Concorde, porém, que isto constitui um senão facilmente removível, e muito explicável, quando se atende para o ardor e paixão que o autor põe na sua obra. Sei que muitos condenam um tal ardor numa obra de história, principalmente se ela se dedica às escolas; sei que se considera indispensável uma história calma, fria, imparcial. Isto equivale a exigir o impossível. Nenhum historiador é verdadeiramente imparcial. Seria preciso supor o homem destituído de sentimento. Essa imparcialidade ele pode simulá-la quanto à exposição, evitando cuidadosamente os comentários e os juízos, tanto sobre os acontecimentos como sobre os homens. Por vezes, esse esforço significa, de fato, o desejo de ser justo, mas, comumente, isso não passa de um artifício para conquistar o ânimo do leitor. Nesse caso, é preferível um escritor que seja franco e sincero, e deixe ver logo qual o seu critério, desde que ele não proceda com *parti pris*, desde que não seja capaz de sacrificar a verdade a preocupações pessoais. (Manoel Bomfim, *apud* SILVA, 2019, p. 141)

A maior virtude impressa no referido *Compêndio* encontrava-se, segundo o referido avaliador, no âmbito moral, isto é, Rocha Pombo distanciava-se do passado colonizador ibérico o percebendo a partir das lógicas da exploração, do opressão e do saque (Martins, 1978). Para o autor, portugueses e espanhóis não possuíam, no limite, propósitos de construção de uma civilização que pudesse assistir as populações locais, mas, tão somente, desejavam se enriquecer e se beneficiar o quanto fosse possível; no limite da cobiça. Os países colonizadores organizaram o seu projeto de conquista a partir da extorsão das riquezas dos povos originários, da escravidão, bem como semeando a cizânia entre colonos e naturais da terra. De algum modo, a colonização norte-americana teria sido mais bem sucedida, de acordo com a leitura de Bomfim, pois, ali, almejava-se, desde o início, “a paz e a liberdade espiritual; [havendo] indivíduos que traziam o firme propósito de criar aqui uma segunda pátria” (Bomfim, 1900, p. X).

Seria expressiva, portanto, a principal mensagem contida naquela *História da América*: a postura de distanciamento, de crítica, do autor no que se referia a performance e a ação

européia no processo de conquista/colonização da América. O passado colonial americano teria sido corrompido, obra de sujeitos de caráter minimante duvidoso. Segundo o articulista:

O livro interessa o leitor: eis o mais importante para o nosso caso. Em face dele ninguém ficará indiferente. Para isto muito concorre o tom veemente e crítico que se nota em todo ele. O escritor manifesta sempre o mesmo espírito, devorado pelo amor da justiça, abrasado pelos grandes ideais de solidariedade e de progresso, e é sobre isso que assenta a orientação filosófica do seu trabalho. Mostrando-nos como nasceram e se organizaram as nacionalidades americanas, ele não se cansa de profligar os homens e os sucessos que concorreram para estorvar ou impedir o progresso dessas nacionalidades. Não se limita a contar: interessando-se pelos acontecimentos, ele os analisa, discute-os, aponta as causas e condena aquilo que lhe parece iníquo e retrógrado. A sua crítica guia-se sempre por esse amor da justiça e do progresso. Historiador, colocado em face de sociedades nascentes, ele vai buscar a sua gênese, e assiste ao seu desenvolvimento, acentuando os fatos e os personagens que se destacaram mais (Manoel Bomfim, *apud* SILVA, 2019, p. 140-141).

Circe Bittencourt assinala que a presença da história da América no alvorecer republicano está atrelada à busca, por parcela significativa da *intelligentsia* nacional, de certa reorganização da plataforma de ensino federal. Capitaneados por Bomfim tenta-se imprimir o deslocamento de “(...) uma constituição identitária forjada sob os moldes europeus para o espaço americano, então criador de novos projetos para as nações do continente americano” (Bittencourt, 2005, p. 8).

Deve ser dito que a obra foi redigida em um contexto no qual os estudos sobre história da América partilhavam esta disposição: o alcance reduzido da temática junto à experiência historiográfica dos primeiros momentos republicanos e, por outro lado, a consciência de que a Proclamação demandava a invenção de uma tradição republicana e americana na qual o Brasil pudesse se inserir, exigindo-se uma produção local para esse tipo de história (Bethell, 2010).

Assim sendo, em um contexto decisivo para a (re)configuração do conhecimento histórico (Gomes, 2009), em que se perguntava, inclusive, sobre os seus registros sociais e os seus padrões de cientificidade, Rocha Pombo não se ateve tão somente a historiografia nacional no que tange a elaboração do seu *Compêndio de história*, buscando na historiografia europeia, com especial atenção para a francesa e para a espanhola, sem se descuidar de certas leituras inglesas e alemãs (mesmo que traduzidas), as bases necessárias para a sua composição temático-epistêmica. Os autores mais representativos mobilizados foram estes: Bartolomé de Las Casas,

Rocha Pitta, Diego Barros Arana, Alexander von Humboldt, Alexis de Tocqueville, William Robertson, Georg G. Gervinus, Alain Manesson, Paul Gaffarel, entre outros.³

No âmbito da organização teórica do livro se destacam autores franceses muito lidos à época, como são os casos de Hippolyte Taine, Émile Hennequin e Fustel de Coulanges. Diante do desafio de escrever a sua primeira obra didática Rocha Pombo articula o enredo da sua *História* a partir da junção e da adaptação das teorias de Taine, as quais salientam a preponderância do meio sobre os agentes, “a subordinação das individualidades à ação absorvente das massas”, e as de Hennequin, seu discípulo direto, que buscam estabelecer que “os indivíduos, os grandes vultos e homens da história recebem influência do meio, mas acabam por imprimir a marca de sua superioridade sobre as massas” (Pedro, 2016, p. 86).

Dessa forma, ao observarmos atentamente as performances do livro verificaremos que nele está presente a marca indelével dos “grandes homens” junto à sociedade. A dinâmica imposta e transmitida por esses sujeitos seria capaz de impactar toda uma cadeia de ações que moveria os acontecimentos ordinários. Há, sendo possível afirmar, certo rescaldo do conceito antigo de história (Koselleck, 2006). Em última medida, a arquitetura da obra em exame destaca o desenvolvimento do povo brasileiro, percebido em sua dimensão étnico-cultural, pinçado personagens e fatos de destaque. Mas é necessário dizer que esses agentes, representantes do povo, não “se fizeram grandes por si só, mas foram transformados pelo ambiente e cunhados como símbolos das qualidades que deveriam ser desenvolvidas pelo povo em questão” (Pedro, 2016, p. 87).

A obra aqui abordada movimentou alguns *topos* (temáticos e epistêmicos) recorrentes no período, vistos em autores como Karl von Martius, Capistrano de Abreu, Sílvio Romero, João Ribeiro e José Veríssimo, mas aplicados de maneira absolutamente própria: a apreciação das três raças formadoras a partir da ótica física e moral; certa hierarquização étnica; o destaque desigual dessas raças na estruturação das nacionalidades; os projetos nacionais (im)possíveis; a eleição dos “grandes homens” como representantes do povo; a percepção de um tempo em que havia um futuro em aberto; a superação da cronística em favor de uma abordagem mais social. Esses elementos mostravam-se cruciais, dado que Rocha Pombo não estava envolvido apenas nas discussões acerca do Ser nacional, mas buscava perceber como essa entidade se comportava junto a um registro continental independente, republicano e democrático.

³ Alessandra Pedro (2016) nos oferece um quadro completo sobre as referências mobilizadas por Rocha Pombo em seu *Compêndio*.

O plano que o escritor paranaense arquitetou para a sua *História* foi ao encontro das demandas exigidas pelo *Conselho Superior de Instrução Pública*, que ansiava sanar o problema relativo aos jogos de escala nacional/americano no ensino-aprendizagem de história. O que se observa é a ampliação da memória coletiva (Halbwachs, 1990) nacional em termos não apenas de conteúdo, mas de geografia, oferecendo a oportunidade, através do *Compêndio*, de posicionar o Brasil no seio da história americana (civilizada), o que significaria, paralelamente, se distinguir, e mesmo se distanciar, de uma história genética e única de fundo europeu. Nesse sentido, Circe Bittencourt assinala o seguinte sobre o livro de Rocha Pombo:

Essa obra representava uma versão sobre os caminhos a serem seguidos pela recente república que finalmente se inseria no mundo do republicanismo americano, liberto da escravidão e que deveria se preocupar com seu papel frente ao imperialismo europeu e reconhecer a mestiçagem de seu povo como portador de um novo tipo de “civilização” (BITTENCOURT, 2005, p. 8).

Mas que fique bem claro: se por um lado as discussões em torno da trajetória do jovem sistema republicano tornou acessível uma história da América participante de um horizonte de identidade nacional; é bem verdade que essa disposição não tornou-se unanimidade, entrando em disputa com projetos eurocêntricos hegemônicos e nacionalista-ufanistas.

2 As (des)venturas do “espírito americano”

Logo na Introdução da *História da América* Rocha Pombo destaca o primeiro constrangimento que encontra na história moderna do continente americano, qual seja, as “invasões europeias”, responsáveis por interromper a “marcha histórica das raças que figuravam no continente”, consubstanciando-se, por exemplo, em “civilizações” em franco estágio de desenvolvimento social, como os Astecas e os Incas. (Pombo, 1925, p. XI). Há, portanto, o que o autor chama de “índole” entre os dois tipos de civilização, responsável pela disposição da conquista/colonização, dado que os povos originários não se orientavam por meio do “gênio militar”, do “espírito de conquista” e da “aventura”. Nesse ponto inicial vemos o historiador paranaense efetuando certa distinção de nível de cultura, em que percebe-se a superioridade europeia, sobretudo, no que tange a possibilidade de gerenciamento civilizatório. “Explica-se assim, pois, como as raças americanas, sem excetuar mesmo os dois grandes

impérios ocidentais, ficaram reduzidas ao papel de simples modificadores da civilização clássica para aqui transplantada” (Pombo, 1925, p. XII). Contudo, Rocha Pombo admite um impacto relativo (minoritário) dessas mesmas raças aborígenes junto ao desenvolvimento da “constituição étnica” e do “espírito da América histórica” (Pombo, 1925, p. XII).⁴

O livro recobra a gênese do sentimento (majoritário) de americanidade, em que se percebe um claro apagamento dos povos originários e, posteriormente, dos africanos e dos afro-brasileiros escravizados. Esse mito fundador estabeleceu que o europeu concebeu as terras americanas a partir do signo da “promissão”, isto é, eram sujeitos que após passarem pelas misérias dos tempos do despotismo feudal percebiam o continente como uma “terra virgem, bela e vasta, que lhes ofereciam a abundância e a liberdade” (Pombo, 1925, p. 401). Podemos perceber na seguinte passagem como os europeus passaram a ser os protagonistas no desenvolvimento americano, além de notar como a história do continente aparecia com um “destino manifesto” a ser cumprir, a duras custas, por suas mãos:

Separados, por milhares de léguas de Oceano, da pátria madrastra, os imigrantes, quais foragidos da desgraça, vinham aqui resfolegar da tremenda servidão feudal, escapos a todas as tiranias (...). Em breve, na pátria nova, risonha e generosa, o imigrante acostumou-se a ser livre e a ser digno (POMBO, 1925, p. 402).

Rocha Pombo positivou as iniciativas do colonos em termos morais e políticos, na medida em que estavam, via de regra, amparados pelo sentimento de amor e de orgulho para com a “terra”, o que dava a seus agentes históricos uma espécie de “segunda vida”.

Assim, o problema da colonização americana, para esse historiador, não encontrava-se no colono, em sua moral, mas na ação do Estado metropolitano, responsável por explorar ao limite a “seiva inexorável do novo mundo” (Pombo, 1925, p. 403). A passagem a seguir evidencia a violência da colonização americana, orquestrada por poderes (realeza absoluta e hierarquia católica) insaciáveis em termos de exploração:

Os abusos de toda a ordem, que foram pesando sobre os povos, agravaram-se ainda mais através da distância em que ficava o único poder que seria capaz

⁴ O argumento de Rocha Pombo caminha em direção ao eurocentrismo, ou seja, o processo de eurocentralização que moldou as relações de poder no âmbito colonial/moderno/capitalista. Em linha gerais significa a perspectivação do mundo através do ponto de vista europeu. Ver: QUIJANO, A. *Colonialidad del poder y clasificación Social* 2000.

de corrigi-los ou moderá-los ao menos. *Nunca, em país algum, se oprimiu a criatura humana: nunca se matou mais desenvoltamente do que na América, dos princípios do século XVI aos princípios do século XIX.* E o martírio não era imposto somente as raças indígenas: destas passaram logo os governos às populações adventícias das colônias, e a massa geral dos diversos elementos ficou sendo o grande rebanho tosquiado pela multidão dos exactores régios, impiamente gananciosos e venais (POMBO, 1925, p. 403 – grifos nossos).

O antagonismo estruturante presente na história da América se dá, pois, a partir do confronto de interesses entre a máquina estatal colonizadora e o “espírito novo que nascia na América” (Pombo, 1925, p. 403). Foi através do estabelecimento da administração que esse conflito se desencadeou. Mas vejamos que ambígua esta posição de Rocha Pombo: para ele não se sabia ao certo o que era mais “admirável”, isto é, a “pertinácia da tirania que tentava implanta-se definitivamente” ou “a firmeza heroica e insubmissa com que o espírito novo protestou sempre” (Pombo, 1925, p. 404). De qualquer forma, o estudioso em questão destacou a suposta cooperação entre as “três raças” formadoras.⁵ Doravante, em um lance etnocêntrico ressaltou que esse movimento só foi possível em razão da partilha da crença no Deus único judaico-cristão. Assim, apenas quando se conseguiu eliminar a tutela ibérica cessou o conflito entre os polos em disputa.

A situação da América ibérica era distinta da inglesa, na opinião de Rocha Pombo. Por aqui tínhamos um reflexo imperfeito do despotismo peninsular. Basta recordar, entre outras coisas, da presença da Inquisição, braço ideológico da conquista/colonização. Eis a situação dos colonos passados cerca de dois séculos: “O imigrante, passados cerca de duzentos anos, que dizer no século XVIII, via-se aqui numa condição social e política inferior talvez àquela a que fugira na mãe-pátria. Os seus bens, os seus direitos, a sua própria vida não tinha a mínima garantia” (Pombo, 1925, p. 209).

Segundo o pensamento de Rocha Pombo, existia a administração local voltada aos interesses metropolitanos, a ganância pelas riquezas naturais do “chão” americano, o monopólio e o controle do comércio em geral, os tributos em demasia, o arcaísmo industrial, a falta de condições para o estabelecimento de uma vida cívico-pública, o racismo, a violência física e simbólica. Eram muitos os desafios dos colonos, especialmente para aqueles que se viam

⁵ Essa abertura explicativa junto à experiência da história está disponível ao menos desde a publicação da dissertação escrita por Karl von Martius *Como se deve escrever a história do Brasil* (1845). Ver MARTIUS, 2010.

tocados pelo “espírito americano”. Rocha Pombo nos diz o seguinte, corroborando com as asserções desenvolvidas acima:

Imagine-se agora a situação em que se viam os povos americanos, esmagados sob esse regime de compressão e iniquidades, entre o orgulho do europeu e a ganância incontínente dos governos. É deste regime que vai sair a revolução contra as metrópoles, desesperada com todas as revoltas conta a opressão (POMBO, 1925, p. 218).

Em uma leitura original, o autor de *No hospício* (1905) admite que mesmo após o processo independentista assistido na América verifica-se certa luta de classes. Dessa vez a dinâmica seria interna. “De maneira que, banida para sempre a autoridade das metrópoles, os motivos da luta ficavam nos vícios profundos gerados durante três séculos do nefasto regime” (Pombo, 1925, p. 404). O que estava em jogo para os povos americanos era a superação do passado colonial, sobretudo, em termos de estrutura social de dominação. É possível exemplificar essa situação através das guerras civis, em que se verificou nos conflitos causas que atingiam o embate entre o “espírito americano” e a herança do “tradicionalismo autoritário europeu”. Ou seja, os movimentos armados americanos voltavam-se contra o poder, o que denotava, por outro lado, uma grande reserva cívico-patriótica.⁶

A colonização portuguesa, o exemplo mais imediato para este artigo, assemelhava-se, pois, à espanhola, quer dizer, ela impunha as “mesmas exações, os mesmos privilégios, as mesmas iniquidades e abusos de toda ordem que sufocavam os povos em toda a América latina” (Pombo, 1925, p. 301). Os domínios portugueses, por sua natureza despótica, colhiam frutos venenosos, sob pena de determinarem a morte. “Bastaria recordar os horrores que sofreram em três séculos os povos americanos, para explicar-se toda essa infinita série de lutas que tem custado a organização definitiva da nacionalidade americanas” (Pombo, 1925, p. 302). Nesse sentido, o(s) movimento(s) independentista(s) acusavam um tempo em que se começava a reagir contra os vícios e os males do regime colonial.

Vejamos, então, o caso do Brasil independente. Há uma peculiaridade em nosso caso: diferentemente da América hispânica, no Brasil não foi o “espírito americano” em confronto com o “despotismo metropolitano” o responsável pelos acontecimentos que circunscreveram 1822. Certamente havia no Brasil, assegura Rocha Pombo, tal conflito, contudo no momento

⁶ O “espírito americano”, presente desde o período colonial, abre a possibilidade de se pensar uma longa tradição republicana na América que se ampara na concepção de “pátria”, condição *sine qua non* para o (auto)conhecimento identitário dos colonos. Sobre o conceito de pátria ver CATROGA, 2013.

da concretização da aspiração popular a ideia conservadora de independência sufocou tal iniciativa local. “Em vez de sublevarem contra Portugal, cujo governo os oprimira e vexava, os brasileiros preferiram aceitar a solução fácil e imediata que associava à obra de independência os interesses domésticos da dinastia reinante na metrópole” (Pombo, 1925, p. 302). Assim, o Império seria um prolongamento da Colônia, sob o ponto de vista social e político. “Só uma revolução radical poderia corrigir o erro em que caíram os patriotas da Independência” (Pombo, 1925, p. 302).

A percepção de Rocha Pombo era a seguinte: a monarquia apresentava-se incompatível com o espírito novo que se criou na América. Somente sob o regime republicano seria possível o enlace pan-americano, próprio da evolução das nacionalidades que se integravam. O estudioso de Morretes é bastante assertivo quanto a esse ponto: no “Brasil, portanto, a reação contra o sistema colonial só começou francamente em 1889. E ainda isso” (Pombo, 1925, p. 303). A partir de uma tradição de linguagem presente na passagem para o século XX é sugestionado que a Independência interrompeu verdadeiros movimentos compassados com o “espírito americano”, entre eles a Inconfidência mineira (1789).⁷

Esse período da história nacional seria, aos olhos de Rocha Pombo, a demonstração cabal de como a Independência foi insuficiente para se coadunar com o espírito liberal que caracterizou a revolução americana. A tradição absolutista do período colonial se manteve no governo despótico de Pedro I, fazendo com que o sentimento independentista tivesse uma sobrevida após 1822. O primeiro exemplo de combate ao absolutismo monárquico brasileiro, resultado e fruto de séculos de exploração, conformando-se enquanto uma continuidade de sentido político, vem do próprio governo, quer dizer, através dos tão próximos Andradas. Segundo a narrativa de Rocha Pombo: “Desde que firmaram seu prestígio a grande causa nacional, avassaladora e suprema, passava a pô-los em colisão com as tendências do imperador” (POMBO, 1925, p. 385). Mas o ponto ápice da luta de classes no Brasil se deu com a dissolução da Constituinte de 23 pelo imperador. Para o nosso autor: “É de justiça dizer-se que na Constituição outorgada, D. Pedro transigia o mais que lhe era possível com o espírito nacional” (Pombo, 1925, p. 386).

Mas o palco das lutas civis se estendeu para as províncias, sobretudo, do Nordeste, muitas das quais receptivas ao republicanismo. Não foi por acaso que em Pernambuco eclodiu a *Confederação do Equador* (1924), nominada por Rocha Pombo como uma revolução. A

⁷ Um exemplo de autor que mobiliza essa linguagem no mesmo contexto é Tristão de Alencar Araripe. Vale ler o seu *Indicações sobre a história nacional* (1894).

longa, e necessária, passagem abaixo é capaz de nos colocar diante do conflito estruturante do contexto pós-colonial, segundo as percepções do historiador paranaense, qual seja, “espírito americano” *versus* “tradição autoritária de matriz europeia”:

O que aconteceu, portanto, foi que o governo imperial sufocou a revolução no seu nascedouro. Seguiram-se as mais atrozes perseguições a todos os implicados: numerosas famílias cobriram-se de luto, e muito chefes republicanos, desiludidos, submeteram-se como sendo esse o único caminho para a salvação. Entretanto, nem por isso o ideal republicano sucumbia às defecções e aos desastres. D. Pedro, passado o período de entusiasmo pela independência, perdia a popularidade: as lutas dos partidos, os descontentamentos das forças armadas, as más condições das finanças... complicavam seriamente a situação dos negócios (POMBO, 1925, p. 387).

O que se assiste na história brasileira pós-colonial são os liberais e os republicanos agitando-se e produzindo movimentos que vinham sempre repercutir no centro e vice-versa. Essa atestação pode ser demonstrada através das inúmeras revoltas da Regência.

Rocha Pombo possui uma explicação para a não transformação no *status quo*, ou seja, para a não materialização política do “espírito americano” entre nós, que para o autor estava em combate com o poder autoritário da monarquia, herdeira dos modos de governamentalidade advindos da Colônia. A extensão territorial brasileira, que a princípio parecia um fator positivo, tornava-se no maior empecilho junto aos esforços populares contra o poder. Deixemos que o autor do *Compêndio de História da América* esclareça o problema:

Só na capital do império impunha-se a opinião pública, e só aqui se faziam revoluções viáveis e triunfantes. Fora do Rio, as resistências e os protestos isolados contraproduziam sempre, isto é, em vez de alcançarem o objetivo que se visava, convertiam em males mais graves os males que deviam ser eliminados: e isto ao mesmo tempo que iam fazendo com que os mártires, desiludidos, ficassem mais amando a resignação do que a luta, e sentissem pelas magnanimidades piedosas que desciam do trono o que, em outras condições, só sentiriam gozando de uma liberdade e de um direito eu fossem conquistas legítimas e definitivas (POMBO, 1925, p. 392).

É por meio dessa disposição política que a ordem constitucional monárquica se estabeleceu e se rotinizou, sufocando, por certo, o espírito americano sempre atuante no Brasil em prol de uma passado-presente que alcançava ideais (patrióticos) gestados desde a Colônia.

3 As marcas do processo civilizador. Uma conciliação sem reparação?

A história da América elaborada por Rocha Pombo não deixou de trazer consigo a negligência, o esquecimento e o apagamento dos povos originários e dos seus descendentes, dos africanos e dos afro-brasileiros tanto em termos de elementos étnico-culturais constituintes das nações do continente quanto no que diz respeito à elevação desses sujeitos históricos como participantes das tramas sociais. A posição desses agentes é sempre prefigurada pela ação do branco europeu, portador de civilização, mesmo que verifiquemos, ambigualmente, que este é representado pela “escória” europeia. Seu livro institui uma leitura da América como um local possível em que as raças formadoras poderiam esquecer os males que lhes foram perpetrados e infligidos, formando sociedades em que o preconceito poderia ser tolhido e apagado a partir do estabelecimento de uma suposta relação étnica harmônica (Pedro, 2016, p. 107).

Acertadamente Gabriela Correa da Silva admite que embora Rocha Pombo apresente indígenas e negros vitimados pela violência e pela ganância europeia, o *ideal civilizador* está sempre presente na sua argumentação e muitas são as concessões feitas pelo historiador em nome do alegado progresso e do desenvolvimento dos povos americanos (Silva, 2019, p. 147). Silva salienta que no caso dos trabalhadores escravizados de origem africana a questão “atinge contornos extremos”. Não são, então, poucos os argumentos no correr do livro que justificam a escravidão. Por exemplo: ela já existiria na própria África, atenuando o tráfico humano transatlântico. “Rocha Pombo chega ao extremo de praticamente afirmar que a instituição da escravidão contribuiu para a civilização dos sujeitos oriundos da África, migrantes compulsórios que eram (Silva, 2019, p. 147). Malgrado o esforço do escritor em acusar os crimes da colonização o que se verifica é, de fato, a reprodução de uma posição racista por sua parte, corroborando com toda uma forma de pensar contemporânea (Dantas, 2019).

Acredito que seja interessante contrastar as visões diametrais de Rocha Pombo e de Manoel Bomfim quanto ao estabelecimento da escravidão, fazendo-nos perceber com maior nitidez os preconceitos presentes na escrita do primeiro. Para Bomfim,

Proponho que deste último capítulo, se eliminem ou se modifiquem os parágrafos em que, tratando do tráfico africano e da escravidão dos negros, o autor pretende justificar o monstruoso crime dos colonos europeus. A escravidão, como a criaram na América, não se justifica de forma alguma, ela mal se explica como um produto do mais abjeto e grosseiro dos egoísmos. Nada tem em comum com a servidão a que eram forçados os antigos vencidos. Esta representa um passo na escala do progresso social, preparando a

organização do trabalho, iniciando a indústria, criando a riqueza, aquela, a escravidão dos negros, foi uma retrogradação, foi mais do que isso: foi uma perversão dos sentimentos, um ataque à ordem social, produzindo o abastardamento das classes produtoras, envilecendo o trabalho, pervertendo os instintos morais, gerando dificuldades sociais e econômicas, que muito nos custarão a resolver. Pouco importa, na África, não fossem livres os negros; pouco importa que, lá, a situação deles não fosse melhor que aqui: se eles passando a ser nossos escravos não pioravam de condição social, nós, passando a senhores de escravos, piorávamos de sorte, porque retrogradávamos, porque pervertíamos moral e socialmente” (Manoel Bomfim, *In*: SILVA, 2019, p. 146-147).

Apensar das contundentes colocações do educador sergipano, Rocha Pombo não realizou modificações quanto ao problema da escravidão nas edições de 1900 e de 1925 (Silva, 2019). O que se depreende disso é que o estudioso criticava o modelo colonizador na América ao passo que reificava um registro racialista no que concernia a estrutura das sociedades americanas. Essa ambiguidade encaminhou os projetos de futuro encampados pelo autor, em que se percebeu a defesa de certo pan-americanismo.

O processo histórico que resultou na incorporação dos povos originários e dos africanos ocorreu de formas diferentes se percebido o continente como um todo. Rocha Pombo positivou o fenômeno e o tornou símbolo daquela história que se abria ao mundo em oposição aos velhos padrões de sociedade experienciados na Europa. Não deixa de ser verdade que o autor reforçava as dificuldades dessa integração, que em muitos casos mostrou-se “dolorosa”. Porém, essa nova fase do mundo ocidental, marcada pela “democracia racial”,⁸ deveria ser exaltada, dado que ressaltava os prodígios assistidos na América quanto a harmonização dos povos. Rocha Pombo esclarece a argumentação:

(...) o nosso espírito como que se acha extasiado ante esse grande espetáculo que o hemisfério novo deu ao antigo mundo, de verdadeira pacificação histórica, de conagração de raças tão diversas, apercebidas de que no fundo de sua alma revive uma fraternidade primitiva que as idades, os climas, as vicissitudes seculares não puderam matar (POMBO, 1925, p. 109).

Em suma, a interpretação de Rocha Pombo em relação as três raças formadoras e a maneira como elas se acomodaram no continente, movimento capaz de instituir o “espírito americano”, apresentava-se como um drama. Mas essas três etnias, absolutamente díspares em termos de conformação, puderam, na leitura do escritor em questão, desenvolver junto à história

⁸ É necessário dizer que Rocha Pombo não utiliza o termo.

colonial uma relação democrática, possibilitada, sobretudo, pela passividade, pelo servilismo e pelo assentimento do *status quo* por parte dos africanos e dos afro-brasileiros, que para além da situação degradante da escravidão assumiam a sua inferioridade (racial e cultural) e acreditavam ser uma oportunidade o acesso ao mundo civilizado pelo tráfico humano. Essas considerações de Rocha Pombo escondem a violência dos colonizadores, a resistência e a luta pela liberdade dos negros e fortalece um dos maiores *topos* da cultura brasileira: o da “democracia racial”.⁹

É nesse sentido que Rocha Pombo faz um questionamento fundamental para os países pós-coloniais: “(...) que ordem de sentimentos deviam ficar da vasta colisão na alma dos povos americanos em relação às antigas respectivas metrópoles (Pombo, 1925, p. 405)? No fundo do problema estava presente a possibilidade, ou não, da superação de um passado traumático. A promoção da distância histórica seria fundamental para evitar toda a sorte de ressentimentos, suspeitas e antipatias dos povos americanos para com as velhas nações europeias. A posição do autor é em favor da conciliação sem reparação. Ele desejava fundar o que chamou de *unidade de civilização*. Dito de outro modo: se criticava o passado colonial, porém não se evitava o *processo civilizador*, responsável por legitimar toda forma de arbitrariedade ante os povos de matriz não-europeia.

O que retardava o movimento civilizador (fase industrial) na América, em especial na América Latina, seria “o conjunto de males do regime antigo do ocidente europeu, males para aqui canalizados durante trezentos anos de domínio das metrópoles (...)” (Pombo, 1925, p. 407). Esses males podiam ser divididos em dois conjuntos: 1) Ensimesmamento diplomático; 2) Postura defensiva, nos mais variados graus, ante os países europeus. Paradoxalmente, seria a superação dessa disposição que traria, por um lado, a liberdade política por meio da democracia (conquista da consciência) e, por outro, possibilitaria uma maior coesão e solidariedade entre os povos. Desses dois fatores resultaria, em tese, um ideal americano que faria as nações amigas e unidas. Mas é necessário dizer que essa visão de mundo elaborada por Rocha Pombo instituiu o abrandamento dos enfrentamentos de classes. Ressalta-se que essa disposição deve ser compreendida enquanto um registro suficientemente capaz de estabelecer o que o historiador concebe como harmonia histórico-social. Vale colocar em evidência que a opção pela “fraternidade” e pela “solidariedade”, elementos que sustentavam o seu pan-americanismo, embotava a dimensão conflitiva da história nas mais diferentes escalas.

⁹ Para uma visão assertiva relacionada à resistência negra na colonização recomendo os estudos de Abdias do Nascimento, especialmente o artigo *O quilombismo: uma alternativa política afro-brasileira* (1985).

O *modus operandi* alinhavado pela *História da América* encobre o conflito, apaga o dissenso e as violências domésticas presentes nos países americanos, como se pôde ver no caso brasileiro. Desejava-se desposar a América como um todo pacífico e fraterno, antítese da sua verdadeira formação histórica. A diversidade era diluída na totalidade. Dois dos elementos étnico-culturais formadores da América, o indígena e o negro, foram apagados conscientemente por Rocha Pombo tanto em termos de contribuição para a elaboração das nações do continente quanto como sujeitos históricos portadores de iniciativas assertivas diante do mundo da vida. A história americana possuía o seu grande arquiteto: o homem branco (cristão) portador da civilização, com especial atenção para os anglo-saxônicos. A sua perspectiva pós-colonial é acrítica, sendo que almejava uma conciliação dos países, dos povos e das nacionalidades americanas sem espécie alguma de reparação ante aquele projeto ibérico. Uma perspectiva estratégica que pretendia subsumir os preconceitos sem que se levasse em consideração as marcas do passado, muitas das quais verdadeiramente constrangedoras, estarecedoras e traumáticas.

A “democracia racial” de Rocha Pombo apresentou-se como uma falácia historiográfica. O que se via através da naturalização da opressão, da violência, do mal, era a preservação de preconceitos seculares. É possível dizer que a sua proposta de educação histórica reificava a discriminação de pessoas no Brasil. A tradução e a aceitação das suas ideias por tanto tempo, haja vista que a utilização dos seus compêndios foi longa, mostra-se como indício de uma sociedade pautada pelo signo da desigualdade. Se “dizer é fazer” podemos assinalar que a obra do paranaense Rocha Pombo configurou um universo social discriminatório, ao mesmo tempo que essa representação era informada pela experiência da história brasileira, também ela racista em muitos sentidos (Schwarcz, 1998).

4 Um singular pan-americanismo

O discurso do pan-americanismo¹⁰, corrente e prestigiado à época, não sem controvérsia, é um dos elementos fundamentais na escrita da *História da América*, na medida em que se estabelece certa horizontalidade entre os vários países americanos. Rocha Pombo realçou a virtude da “liberdade” como elemento indissociável do civismo patriótico. Essa postura era uma forma de distanciamento da América pós-colonial face ao mundo europeu opressor. No entanto, deve-se notar a prioridade que o autor deu para os EUA nesse processo.¹¹ O *Compêndio* deixa entrever um forte sentimento de coletividade envolvendo todo o continente, em que seus povos deveriam unir-se de modo fraterno visando a prosperidade geral. Esse movimento nos faz ver certo pan-americanismo, quer dizer, a americanidade extrapolava as fronteiras políticas das nações em particular. Mas essa disposição caminhava para a legitimação dos Estados Unidos como liderança continental, em uma espécie de atualização da monroísmo.

Segundo Kátia Baggio (1999), as ideias pan-americanas são intensamente debatidas nas primeiras décadas republicanas, podendo estabelecer que existem duas grandes correntes divergentes entre os intelectuais: uma se coloca em oposição à política expansionista dos Estados Unidos (Eduardo Prado, José Veríssimo e Manoel Bomfim, por exemplo) e a outra defende com vigor o pan-americanismo (Joaquim Nabuco, Arthur Orlando e Rio Branco, por exemplo). Malgrado os principais textos que consubstanciavam tais correntes só fossem publicados alguns anos após o *Compêndio*, essas ideias já estavam em circulação desde a passagem para o século XX. Rocha Pombo era um sujeito atualizado ante as grandes discussões e sobre elas criava interpretações, que aqui podem ser um desdobramento das suas leituras de Taine e Tocqueville (Pedro, 2016, p. 111). Vemos que o escritor de Morretes, valorando a posição estadunidense, via no pan-americanismo a oportunidade de neutralizar e conter toda forma de imperialismo, sendo o livro em questão o combustível necessário para a formação dos jovens cidadãos brasileiros cientes da soberania da pátria em compasso com a necessidade da união de interesses comuns entre os países do continente.

¹⁰ Uma descrição sintética para a ideia de panamericanismo: “O Pan-americanismo surgiu no século XIX e o seu significado na história do continente sempre esteve atrelado às formas de estabelecer as relações que orientaram as decisões e ações entre os países da América Latina e desta com os Estados Unidos” (RÉ, 2010, p. 18).

¹¹ Interessante que Rio Branco, cinco anos após a publicação do *Compêndio* e com a criação da embaixada em Washington, fortaleceu a proposta de Rocha Pombo de aproximação política com os Estados Unidos. Sobre a política externa brasileira na Primeira República ver a dissertação de Paulo José dos Reis Pereira, intitulada *A política externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Nabuco em Washington* (2005).

A proposta pan-americanista do livro é confirmada explicitamente pelo próprio Rocha Pombo no prefácio feito para a segunda edição da obra, em 1925. Passado um quarto de século desde que veio a lume, os traços de solidariedade entre os americanos pareciam se estreitar ainda mais: “O nosso espírito de fraternidade se fortalece admiravelmente de dia para dia. O sentimento de união entre todos os povos do continente toma um desenvolvimento que se poderia prever, mas de que muitos duidavam há vinte anos” (Pombo, 1925, p. VII). O autor projetou um futuro em que as nações americanas, ao menos as cingidas pelo ideal civilizador, se comportariam como uma verdadeira “família”.

De qualquer modo, Rocha Pombo não deixa de assinalar nesse prefácio certa visão homogeneizadora do passado americano, em que a violência de Estado, a escravidão e toda a sorte de arbitrariedade ibérica são mascaradas em prol de uma artificial harmonia (moral?) entre os povos do continente: “Não houve nestes cinco lustros, entre os povos do continente, o mais ligeiro estremecimento, nenhum caso mesmo insignificante, que pudesse contradizer a nossa orientação histórica e a diretriz que seguimos na rota do destino” (Pombo, 1925, p. VII). Mas vale lembrar que ambigualmente o autor disse que a fase da conquista foi “dolorosa”. Essa posição, de certa maneira, acompanha o livro: a constatação da violência metropolitana diante de certo “espírito americanista” em constante gestação, ao menos entre os povos que se deixavam tocados pela civilização.

A “ideia americana” era, em Rocha Pombo, fomentada pela noção, com feições antropológicas, de “pátria”. Nesse sentido, o seu pan-americanismo se modula como

(...) o estímulo que dirige todo um conjunto de povos, irmãos pela solidariedade de destino, para a ampla vida nova, que recebe da história o que o passado fez de grande, e funda no amor e na justiça, no dever e no direito, que constituem a plenitude da existência moral, o desenvolvimento desse augusto patrimônio (POMBO, 1925, p. XV).

Havia uma missão conciliadora no ideal pan-americano deste polígrafo. Desejava-se a união de todas as nacionalidades americanas, tornando visível ao mundo uma ideia de aliança geral. Essa ideia deveria, para se propagar, se difundir por meio do ensino. Interessante que essa união continental fortalecia o poder em sua dimensão local/nacional ao instaurar, em várias escalas sociais, o civismo patriótico.

Após a realização da Independência as nacionalidade do continente se viam diante da demanda pela sua organização política. Para Rocha Pombo, essa tarefa seria tão ingente que parecia mais difícil que o próprio processo de emancipação. No entanto, entre esses países os de colonização anglófona se encontravam em condições muito diversas daqueles de matriz latina: “(...) eles fizeram a sua independência como um indivíduo que chega a sua maioridade civil e emancipa-se, já encaminhado na vida autônoma e recebendo o seu patrimônio; ao passo que com os ibero-americanos se deu exatamente o contrário” (Pombo, 1925, p. 321). Os EUA apresentavam-se, ao olhos do autor, como o exemplo máximo da concordância entre o desenvolvimento de um país e o “espírito americano”, que de uma forma ou de outra prefigurava a sua própria ideia de panamericanismo.¹² O regime federativo era o que mais se enquadrava ante a “índole” estadunidense. Apenas confirmando a tendência das Colônias que se administravam por si mesmas. A Constituição de 1787 viria para criar um grande pacto entre os americanos, “unidos para o bem comum pelos laços federativos” (Pombo, 1925, p. 322).

É de se notar, em um primeiro plano, a primazia da forma federativa estadunidense modulando-se como a gênese do pan-americanismo de Rocha Pombo. Em um segundo movimento fica nítido que a Federação tomava os povos indígenas, originários da terra, como inimigos. De uma maneira ou de outra, se camuflava a diferença, o conflito e o dissenso em âmbito nacional, onde definitivamente não havia espaço para o não-ocidental: “Desde aí se começa a admirar a felicidade com que aquele povo se pode constituir em grande nação, sem ter que enfrentar com os embaraços que perturbaram a ação organizadora em toda a América latina” (Pombo, 1925, p. 322). Em nome da ordem, de uma harmonia artificial, da suposta fraternidade se escamoteava todo um devir histórico marcado pela luta em relação à afirmação da diferença, em um país caracterizado pelo extermínio dos povos originários, pela escravidão e por um grande preconceito racial para com os africanos e seus descendentes. Vejamos esta passagem em que a escravidão das(os) indígenas é substituída pela das(os) africanas(os): “(...) a assimilação da raça negra foi incomparavelmente mais geral, mais completa e efetiva do que a dos indígenas” (Pombo, 1925, p. 108-109). Este caso serve como uma metonímia para a elaboração do pan-americanismo do historiador paranaense.

¹² A posição de Rocha Pombo está de acordo, por exemplo, com as de Joaquim Nabuco, enunciadas cinco anos antes da escrita do *Compêndio de História da América*: “Em nossos países onde a nação se mantém em menoridade permanente, as liberdades, os direitos de cada um, o patrimônio de todos, vivem resguardados apenas por alguns princípios, por algumas tradições ou costumes, que não passam de barreiras morais, sem resistência e que o menor abalo deita por terra. A esses países, onde a lei é frágil, não se adaptam instituições que só pode tolerar uma nação como a Norte-Americana” (NABUCO, 1895, p. 49).

A República estadunidense era, na perspectiva de Rocha Pombo, uma potência de primeira ordem no mundo contemporâneo, sendo vanguardista e preponderante em termos de política no continente. Ademais, toda a América lhe conferia esse papel, “(...) pois que até hoje o glorioso povo do Norte tem sabido ser, no concerto internacional, a encarnação do espírito americano” (Pombo, 1925, p. 333). O espírito americano devia ser compreendido como a emanção de um sentimento de emancipação, de movimentação ante o despotismo, em compasso com um regime político que oferecia condições de possibilidade para o desenvolvimento pleno dessa americanidade.

Já os povos conquistados pelos ibéricos, Portugal e Espanha, eram menos felizes que os anglo-americanos, refletindo negativamente junto à ideia de pan-americanismo elaborada por nosso escritor. Eles insurgiam-se como “escravos” que se revoltavam contra a tirania dos senhores, porém essa autocracia teria matado as aptidões para a vida autônoma. Transcender essa situação era uma condição *sine qua non* para que as nações americanas, a partir das suas soberanias, pudessem movimentar um espírito conciliador. Rocha Pombo deixava transparecer que o destino manifesto da América, podendo dizer que se abria um novo momento da história da humanidade, era o de movimentar um processo de esquecimento histórico-social acerca da opressão imperialista secular.

O historiador paranaense acreditava piamente que a América seria a nova sede da civilização ocidental. Local em que ainda se assistiria por completo a liberdade política capaz de tornar as nações prósperas. O ideal americano, base desse seu pan-americanismo, teria a missão de fazer delas “amigas” e unidas, independentemente do passado atroz que as perseguiram. Rocha Pombo desejava os povos fraternizados. A América, de uma forma ou de outra, era a “terra da mediação”. A história da humanidade estaria pronta para entrar numa nova fase. Contudo, o que não está claro para Rocha Pombo é que tornar o passado “tábula rasa” apresenta-se como um combustível possível para a composição de uma sociedade desigual, que no seu caso abrange, inclusive, o fator étnico.

Considerações finais

A obra de estreia de Rocha Pombo na capital federal apresenta-se fundamental para que compreendamos horizontes discursivos que enredavam as ideias de raça, de nação e de panamericanismo que circulavam no alvorecer republicano. Vimos que o projeto de Rocha Pombo não foi unânime, na medida em que ele conviveu com o nacionalista ufanista e com o eurocêntrico hegemônico. A *História da América*, ao movimentar a dimensão pedagógica do conceito moderno de história, pretendeu atingir grandes audiências com o intuito de formar cidadãos; uma demanda do republicanismo nascente. Se desejava cidadãos com espírito continental, sinônimo de liberdade e de democracia. Podemos dizer que o *Compêndio*, voltado para o ensino secundário, extrapolou a sua proposta inicial. É interessante dizer que a obra superou uma proposição factualista em prol de um entendimento mais social, ainda que amparado no desenvolvimento (mistura) das raças e na eleição dos grandes homens que ajudaram a construir as nações americanas.

O *Compêndio* de Rocha Pombo conectou gerações de estudantes através de uma perspectiva de povo (e de nação) amparada em denominadores étnicos desiguais (discriminatórios), mas que se fundiriam através de uma pretensa lógica simétrica. Este autor, com seu livro, movimentou toda uma antiga linguagem que mascarava a dimensão conflitiva do devir histórico étnico-cultural, forjando uma falsificação negacionista junto ao plano da experiência. Essa linguagem seria capaz de edificar formas de agir pautadas nos preconceitos, notadamente racial. Essa espécie de retórica da “democracia racial” apresentou-se como um motor suficientemente autorizado para mobilizar a dimensão pedagógica do seu livro, interessado em despertar em seus leitores a valorização da história do continente em seu caminho para a união pan-americana.

Fontes

ARARIPE, T. A. 1894. Indicações sobre a história nacional. *RIHGB*, tomo 57, parte II, pp. 259-290.

NABUCO, J. 1895. Balmaceda. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger.

ROCHA POMBO, F. 1925. Compêndio de História da América. 2ª edição. Rio de Janeiro, Benjamin de Aguiar Editor, 1925.

Referências bibliográficas

BAGGIO, K. G. 1999. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. São Paulo/SP Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://cutt.ly/7bAxHz9> Acesso: 10 mai. 2021.

BETHELL, L. 2010. Brazil and Latin America. *Journal of Latin American Studies*, vol. 42, pp. 457-485. Disponível em: <https://cutt.ly/ybAxBRW> Acesso: 10 mai. 2021.

BITTENCOURT, C. 2005. Ensino de história da América: reflexões sobre problemas de identidades. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 4, vol. 3, pp. 5-15. Disponível em: <https://cutt.ly/ebAx0ho> Acesso: 10 mai. 2021.

BITTENCOURT, C. 2007. Identidades e ensino de história no Brasil. In: M. CARRETERO, Mário; A. ROSA; M. F. GONZÁLES (orgs.). *Ensino da história e memória coletiva*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CATROGA, F. 2013. Pátria e nação. In: M. NAXARA, V. CAMIOTTI (orgs.). *Conceitos e linguagens, construções identitárias*. São Paulo: Intermeios.

DANTAS, C V. 2009. O Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república. *Tempo*, vol. 13, n. 26, pp. 56-79. Disponível em: <https://cutt.ly/3bAx4GK> Acesso: 10 mai. 2021.

ELIAS, N. 2011. *O processo civilizador*. Vol. 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar.

GOMES, A. C. 2009. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum.

GONTIJO, R. 2003. Manoel Bomfim, “pensador da história” na Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, pp. 129-154. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16523.pdf> Acesso: 08 abr. 2021.

HALBWACHS, M. 1990. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice.

KOSELLECK, R. 2006. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio.

LEOPOLDINO, M. A. 2019. Políticas culturais e livros didáticos de História: Rocha Pombo na Capital da República (1897-1929). *Revista Brasileira de História da Educação*, vol. 19, pp. 2-21. Disponível em: <https://cutt.ly/ebAcqMt> Acesso: 10 mai. 2021.

MARTINS, W. 1978. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix; Editora da USP.

MARTIUS, K. 2010. Como se deve escrever a história do Brasil. In: M. L. S. GUIMARÃES. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERJ.

NASCIMENTO, A. 1985, O quilombismo: uma alternativa política afro-brasileira. *Afrodísporas. Revista de Estudos do Mundo Negro*, ano 3, n. 6 e 7, abr./dez, pp. 19-40.

PEDRO, A. 2006 *A educação como ideal: a obra histórica e didática de Rocha Pombo, 1900-1933*. Campinas/SP, Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <https://cutt.ly/AbAcyrK> Acesso: 10 mai. 2021.

PEREIRA, P. J. R. *A política externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Nabuco em Washington (1905-1910)*. São Paulo/SP, Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), UNESP/UNICAMP/PUC-SP. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/98118> Acesso: 10 mai. 2021.

QUIJANO, A. 2000. *Colonialidad del poder y clasificación Social* 2000.

RÉ, F. M.. *A distância entre as Américas: uma leitura do pan-americanismo nas primeiras décadas republicanas no Brasil (1889-1912)*. São Paulo/SP, Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://cutt.ly/obAclqv> Acesso: 10 mai. 2021.

SCHWARCZ, L. M. 1998 Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: _____ (org.) *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras.

SILVA, G. C. 2019. *Dos passados heterogêneos ao mosaico continental: pan-americanismo e operação historiográfica no IHGB republicano (1889-1933)*. Porto Alegre/RS, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/194606> Acesso: 10 mai. 2021.

Recebido em: 17/05/2021
Aprovado em: 02/10/2022



RLAH
Janeiro/Julho de 2022